

Educação do campo e agroecologia: da perspectiva reformista à necessária práxis revolucionária

Rural education and agroecology: from reformist perspective to necessary revolutionary praxis

Rafael Rossi¹

Pretende-se com este texto problematizar, a partir de nossa atuação no curso de licenciatura em Educação do Campo na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a articulação dialética necessária entre a educação do campo, entendida aqui como uma das formas de educação popular, e a agroecologia. Esse objetivo se justifica, por sua vez, com a necessidade de explicitação dos posicionamentos e discursos que se baseiam na perspectiva reformista e na práxis revolucionária. É como indagar: agroecologia e educação do campo devem ser trabalhadas e articuladas dentro do panorama de estruturação do modo de produção capitalista? Bastam algumas reformas? Ou é necessário um movimento teórico e prático que desvele constantemente por meio da crítica e da atuação prática os limites do capitalismo e aponte sua urgente superação?

A resposta não é tão óbvia e rápida... Em políticas públicas, programas sociais, na mídia em geral e no debate acadêmico, muitas proposições são contraditórias e se “embaralham” em “modismos” dos mais variados, desde a “defesa” aos povos do campo até a sua subordinação implícita e indireta ao modelo de desenvolvimento agrário do

agronegócio e, portanto, à estruturação desigual, contraditória e perversa do capitalismo. Exemplo disso é a propaganda ideológica presente no site da multinacional Monsanto – que se envolve na produção, distribuição e comercialização de agrotóxicos e sementes transgênicas – “defendendo” a sustentabilidade na agricultura²:

A agricultura sustentável é a essência da Monsanto. Estamos comprometidos com o desenvolvimento de tecnologias que permitam aos agricultores produzirem mais e conservarem mais recursos naturais, que são essenciais para o seu sucesso. Produzir mais. Conservar mais. Melhorar vidas. Isso é agricultura sustentável. E a Monsanto tem tudo a ver com isso.

Poderíamos também lembrar do bordão da Basf³:

Para nós, desenvolvimento sustentável significa alinhar o êxito econômico à responsabilidade ambiental e social. Isso irá garantir o sucesso em nossos negócios a longo prazo.

Não é por acaso que, a cada ano, três milhões de pessoas se intoxicam com agrotóxicos e mais de 220 mil chegam a morrer, o que

1. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Campus de Presidente Prudente); professor do curso de licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / PhD student in Education, Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho”, state of São Paulo, Brazil; professor, Federal University of Mato Grosso do Sul, state of Mato Grosso do Sul, Brazil. E-mail: r.rossi@ufms.br.

2. Informações disponíveis em: <<http://www.monsanto.com/global/br/quem-somos/pages/nossoscompromissos.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2014.

3. Informações disponíveis em: <http://www.basf.com.br/sac/web/brazil/pt_BR/sustentabilidade/desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: out. 2014.

corresponde a 660 mortes por dia, 25 mortes por hora (GÓMEZ, 2012).

A contradição está em toda parte e é a partir dela que podemos enxergar o caminho para uma agricultura que produza alimentos efetivamente saudáveis e sem a exploração dos recursos naturais e do ser humano pelo ser humano.

Na monumental e importantíssima obra *A dialética da agroecologia*, Machado e Machado Filho (2014) explicam, de modo acessível ao leitor não familiarizado com a terminologia técnica das Ciências Agrárias, a concretude e a viabilidade prática dos procedimentos agroecológicos em qualquer escala e com menos custos ambientais e econômicos. Durante décadas, a agricultura convencional tem negado a natureza, argumentam os autores, sendo a agroecologia, por sua vez, a afirmação da vida, por isso é a negação da negação. O mesmo se pode dizer da educação no espaço agrário, pois as elites sempre negaram o campo como um local de vida e, agora, por meio da educação do campo, essa visão é negada e, mais do que nunca, o campo é afirmado como local de saber, cultura, vida e trabalho. Contudo, é preciso estar atento, pois o agronegócio, que não está desarticulado da lógica de reprodução do capital, também vem se apropriando desse debate, ressignificando-o e subvertendo-o a sua própria lógica, porém, com toda a preocupação ideológica e “mascarada” possível.

Assim acontece com os temas “agricultura familiar” e “desenvolvimento sustentável”, por exemplo. São essas práticas que estamos denominando como perspectivas reformistas, ou seja, discursos que, apesar de levantarem algumas bandeiras historicamente defendidas pelos trabalhadores/as, em muitos casos organizados em seus movimentos sociais, não realizam a mediação necessária de crítica que aponta a insustentabilidade humana e ambiental do capitalismo e do agronegócio. Isso acontece por um motivo muito claro do ponto

de vista do posicionamento político: grandes grupos privados não tentam a reorganização do modo de produzir a riqueza social, caso contrário, não continuariam a se constituir como classe dominante. Exemplo disso é o fato de que aquisições de propriedades acima de 200ha por grupos de grandes investidores em países em desenvolvimento desde o ano 2001, totalizando 31 milhões de hectares, poderiam ser utilizadas para alimentar até 550 milhões de pessoas, como mostra a pesquisa de Maria Cristina Rulli e Paolo D’Odorico da Universidade Politécnica de Milão e da Universidade de Virgínia⁴.

Ocorre que tal dinâmica possui um forte potencial de ser trabalhado e discutido no âmbito educacional e, dessa forma, a educação do campo apresenta, em sua histórica luta que se conecta a ocupações de terra, acampamentos, assentamentos, escolas etc., as possibilidades de se apropriar dos conhecimentos negados e segregados aos trabalhadores para fazer aquilo que Lênin (apud LUKÁCS, 2012) já apontava como desafio, isto é, uma

análise concreta da situação concreta não é o oposto da teoria “pura”, senão que, ao contrário, é o ponto culminante da teoria genuína, o ponto em que a teoria se cumpre autenticamente, em que – por isso mesmo – se converte em práxis.

Negar a história ou não se predispor a compreendê-la do ponto de vista dos trabalhadores/as em seu processo de recriação e resistência é um crime e não deve ser feito nas experiências educativas em qualquer hipótese. Sendo assim, nunca é demais lembrar que

a educação escolar ultrapassa a fase ‘rural’ da educação escolar ‘no’ campo e passa a ser ‘do’ campo. Está vinculada a um projeto democrático popular de Brasil e de campo. (NERY, 1999, p. 6).

Isso nos permite entender o porquê da

4. Informações disponíveis em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/29016>>. Acesso em: 14 out. 2014.

expressão “campo” substituir a mais usual “meio rural”, por aquela incluir

“uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que vivem hoje e tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. (FERNANDES; CERIOLO; CALDART, 1998, p. 9)”.

A educação do campo possui uma ligação “uterina” com os movimentos sociais de luta pela terra, com os trabalhadores/as, com as inúmeras ocupações às secretarias municipais e estaduais de educação, enfim, não deve ser pensada como uma “boa ação” do Estado ou uma “prática inclusiva” de algumas empresas e entidades privadas.

Agroecologia e educação do campo não são fantasias utópicas, são dimensões práticas e teóricas indispensáveis à transformação societária da ordem vigente. Assim, como é uma contradição associar agroecologia e agrotóxicos, também o é associar educação do campo e sujeição dos camponeses à lógica capitalista ou aos vários projetos vigentes na atualidade que, por meio de suas parcerias “público-privadas”, acabam por reforçar cada vez mais a privatização dos diversos setores. A revolução não se efetivará amanhã de manhã... Por isso é imprescindível e urgente desenvolver uma perspectiva revolucionária na análise da mediação entre educação do campo e agroecologia.

O pensamento marxiano já nos ensinava a necessidade de ser radical, tomarmos as coisas pela raiz, analisarmos o próprio ser humano, e isto deve ser problematizado quando nos deparamos com os diversos e múltiplos discursos, iniciativas e atividades que, sob o véu de “inclusão”, não discutem ou se propõem a combater a contradição primária entre capital e trabalho no capitalismo. É preciso defender

e valorizar os saberes populares territoriais camponeses e os saberes científicos, visto que os povos pré-históricos se alimentavam, por exemplo, com mais de 1.500 espécies de plantas; há 150 anos, a humanidade se alimentava com 3.000 espécies e, hoje, “15 espécies respondem a 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – milho, trigo, arroz e soja – respondem por 70% da produção e consumo” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 59).

A perspectiva reformista não discute a estrutura do capitalismo e, dessa forma, não é radical, não debate e intenta a transformação do status quo. Já a consciência revolucionária intenta a compreensão e a transformação das estruturas sociais e o modo de produção capitalista, pois percebe a contradição primária e todas as demais contradições que dela se originam:

Assim entendida, a práxis é a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo. (VÁZQUEZ, 1968, p. 5).

Desse modo, não nos rendamos à reforma na quadra de esporte de nossas escolas públicas financiadas por grupos empresariais privados. Não nos enganemos com as letras de músicas do “sertanejo universitário” que apregoam o estilo de vida dos filhos dos fazendeiros, intentando “roubar” a roupagem e o sentido da vida no campo. Não utilizemos o material didático como livro “sagrado e atualizado”, ao qual não podemos tecer críticas e refletir. Não transformemos nossas reuniões pedagógicas em momentos de lamúria coletiva e local de comércio de cosméticos. Enfim, tenhamos sempre a certeza de que duvidar é o caminho, pois como nos recorda Bertolt Brecht, em *Um homem é um homem*: “De todas as coisas seguras, a mais segura é a dúvida”.

Referências

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Por uma educação básica do Campo**. Texto base da Conferência Nacional. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

GÓMES, G. C. **Los agrotóxicos**: el nuevo holocausto invisible. 2012. Disponível em: <<http://www.surysur.net/2012/12/los-agrotoxicos-el-nuevo-holocausto-invisible/>>. Acesso em: 1 set. 2014.

LUKÁCS, G. **Sobre Lenin y Marx**. Tradução do espanhol de Lucas Souza e Silva. Buenos Aires: Gorla, 2012.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

NERY, I. J. Apresentação. In: ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. (Orgs.). **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Submetido em 15 de outubro de 2014.

Aprovado em 7 de fevereiro de 2015.